



IV Congresso de Educação do CPAN  
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

## REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: ESTADO NEOLIBERAL E A BUSCA DA UNIVERSALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Fabiane da Silva Ferreira<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS DO  
PANTANAL

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é apresentar o processo de organização do trabalho no toyotismo a partir do materialismo histórico-dialético. O toyotismo é a nova forma de organização do trabalho dentro do modo de produção capitalista, do qual, os capitalistas se apropriam para extrair o mais-valor dos trabalhadores; porém essa forma de organização tem se ampliado para além das indústrias e também está presente em empresas prestadoras de serviços, nas instituições de ensino superior, na própria gestão pública dos Estados e conta com a ideologia humanista que busca a participação de todos, a autonomia dos trabalhadores, a “flexibilização”, mas só no discurso porque a exploração é sem limites. Dessa forma, busca-se mostrar: em que contexto surge a reestruturação produtiva; suas características; e, suas consequências. Quando a separação do artigo pelos tópicos: reestruturação produtiva; Estado neoliberal e a busca da universalização das políticas educacionais se dá por melhor apresentar o texto, no entanto, ambas as partes não se separam no movimento histórico da sociedade capitalista, já que o modo de produção é o determinante fundamental das relações de regularização das sociedades e no capitalismo a regularização ocorre por via do Estado burguês. Os direitos humanos são compreendidos aqui como um discurso criado pela classe dominante principalmente a partir da apropriação das demandas dos trabalhadores para exercer o controle e fazer a conciliação entre as classes universalizando os direitos humanos, mas só no discurso. Na conclusão coloca-se a importância que têm o discurso humanista dentro da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos para a reprodução do capitalismo que com a reestruturação produtiva consegue aumentar a taxa de lucro e em consequência a exploração. Pois, com o modo de produção capitalista e suas várias formas de organização do trabalho não é possível a materialização dos direitos fundamentais dos seres humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado Neoliberal; Toyotismo; PNEDH.

---

<sup>1</sup> Formada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal. Cursando o Mestrado em Educação pela mesma instituição.



IV Congresso de Educação do CPAN  
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN  
*'Interfases da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

## INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos assim como as políticas educacionais estão vinculadas às relações internacionais e são construídos a partir das relações sociais, que são frutos das relações que se dão no modo de produção capitalista<sup>2</sup>, pois é com a divisão do trabalho em trabalho manual e intelectual que é possível compreender as suas origens, processos de construção e as funções, ou seja, a partir da luta de classes.

Porque, somente partindo das relações estabelecidas no processo de trabalho se pode explicar as outras relações que se dão nas sociedades e no mundo. É a base material que determina a imaterial, não o contrário, de acordo com Marx:

O modo através do qual os homens produzem seus víveres depende, em primeira mão, da própria constituição dos víveres encontrados na natureza e daqueles a serem produzidos. Esse modo da produção não deve ser observado apenas sob o ponto de vista que faz dele a produção da existência física dos indivíduos. Ele é, muito antes, uma forma determinada de expressar sua vida, uma *forma de vida* determinada do mesmo. Assim como os indivíduos expressam sua vida, assim eles também são. O que eles são, coincide com sua produção, tanto com o *que* eles produzem, quanto com o *como* eles o produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX, 2007, p. 42 grifos do autor).

Os diferentes modo de produzir proporcionaram desenvolvimento das sociedades ao longo da história da humanidade e na atualidade com o modo de produção capitalista as relações que se estabelecem são mais complexas, pois como a divisão do trabalho segue a lógica racionalista fazendo da divisão do trabalho manual e intelectual um antagonismo entre as classes fundamentais (capitalista e proletária) desse modo de produzir. “A gênese da ideologia ocorre com essa separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, pois com ela surgem os ideólogos” (VIANA, 2007, p. 13).

Dessa maneira, a classe capitalista controla: a produção científica; e a produção de mercadoria, a distribuição e a sua circulação; já a classe proletária é responsável pela produção dos bens de consumo e dos meios de produção, ou seja, é a classe que executa o trabalho. Porém, para a classe burguesa ou capitalista conseguir o controle ela precisou criar novas regras e reformar as já existentes e para isso conta com o Estado,

---

<sup>2</sup> Aqui destaca-se o modo de produção capitalista porque ele é o modo de se produzir dominante no mundo.



**IV Congresso de Educação do CPAN**  
**III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN**  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

reformando-o de tempos em tempos e a classe dos burocratas que julga, cria leis, e executa as que são do interesse dos capitalistas. O Estado conta com as regras do Direito e tem o papel de regularizar as relações de trabalho, segundo Viana (2007a, p. 75).

Nas sociedades de classe, o estado é a principal forma de regularização das relações sociais. Ele busca controlar todas as formas privadas de regularização da vida social e assim influencia no funcionamento delas. Ele é, por conseguinte, o principal meio de reprodução das relações de produção dominantes. Ele lança seus tentáculos sobre as demais formas de regularização das relações sociais e sobre o modo de produção, tentando garantir a reprodução das relações de produção e do conjunto das relações sociais.

Como se pode observar na citação acima o Estado é uma instituição que regula as relações na “sociedade civil”, na qual ocorre a luta de classes.

Na sociedade capitalista apesar de mudanças nas formas de organização do trabalho e conseqüente reforma do Estado, o modo de produção não muda a sua essência que consiste em extrair mais-valor no processo de trabalho, logo, o processo de valorização, esse é o objetivo dos capitalistas. Por isto, a classe capitalista busca aumentar a jornada de trabalho e acelerar a produção, mas a classe proletária luta para a diminuição dessa jornada e por melhores salários (VIANA, 2009).

E para minimizar esses conflitos a partir do Estado é disseminado o discurso produzido pela classe dos intelectuais das ciências jurídicas no qual coloca o Estado como uma instituição neutra dentro da disputa de interesses das classes sociais que busca somente deixar a sociedade em harmonia, ou seja, manter a ordem em determinado regime político.

Contudo, as ideologias surgem nas sociedades de classes e assumem formas específicas que se tornam dominantes (VIANA, 2015), elas estão condicionadas ao modo de produção dominante, pois “[...] não existem formas sociais fixas dadas de uma vez por todas. São criadas, recriadas, construídas e reconstruídas ao longo da história ou, melhor dizendo, a história é a mudança permanente destas criações” (MAIA, 2016, p. 146).

Na sociedade de classes capitalista a organização do trabalho se manifesta como uma relação de luta entre a classe capitalista e a classe operária.

Ao longo do texto tratar-se-á da forma de organização do trabalho na sociedade capitalista após 1979, e por isso traz-se o contexto, ideologias, discurso, as



IV Congresso de Educação do CPAN  
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

determinações principais e as consequências para compreensão dessa organização a partir do materialismo histórico-dialético. O presente artigo teve como procedimento metodológico a revisão bibliográfica em livros, revistas, documentos e materiais disponíveis em mídias digitais.

## REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

As relações de trabalho no modo de produção capitalista são conflituosas, dá-se entre a classe capitalista e a classe proletária fundamentalmente. A luta é devido ao tempo de trabalho<sup>3</sup>, na qual a classe proletária busca diminuir a jornada de trabalho e a classe capitalista quer seu aumento e a diminuição do “tempo morto” (aproveitamento máximo do trabalho com a “organização científica do trabalho” sistematizada por Frederick Winslow Taylor<sup>4</sup>) (VIANA, 2009).

Durante o processo de produção, ou seja, do trabalho há competição devido a divisão social do trabalho ser hierárquica e também uma disputa no processo de distribuição do mais-valorentre trabalhadores e capitalistas, ou seja, a classe capitalista, que busca aumentar o seu lucro com o modo de produzir e expandindo o seu mercado e a classe operária o aumento do seu salário para ter acesso aos produtos, assim se dá a contradição na organização social capitalista, pois a classe que produz (trabalha) não é dona do que produziu e a classe que se encontra no topo da pirâmide hierárquica se apropria do que se produziu já que os meios de produção são privados pertencendo apenas aos capitalista e a classe trabalhadora só possui a força de trabalho que também é no capitalismo uma mercadoria que é vendida ao capitalista, porém a força de trabalho gera um valor que excede o valor do salário que é pago ao trabalhador por isso Marx utilizou o termo mais-valor para explicar essa relação de trabalho assalariado.

A distribuição do mais-valor está presente também nas relações internacionais o que gera a divisão internacional do trabalho, ou melhor a forma como se dá a

---

<sup>3</sup> O valor da mercadoria segundo Marx é o tempo médio de trabalho socialmente necessário para produzi-la (Marx, 1983).

<sup>4</sup> sua formação familiar e religiosa, foi com base na seita Quaker. Fora educado para a observação estrita do trabalho, poupança, disciplina e ascetismo, ao condenar as frivolidades mundanas ao eleger o trabalho como vocação. Os quakers se envolveram desde sua fundação com tais princípios e o próprio Taylor os aplica em sua trajetória profissional: começou como operário, promovido a capataz, contramestre, mestre de oficina, até chegar ao cargo de engenheiro na Midvale Steel Company no estado da Filadélfia. O estudo e cronometragem minuciosa do tempo de trabalho são a pedra angular de seu sistema, fundado na racionalização (TRAGTENBERG, 2006).



**IV Congresso de Educação do CPAN**  
**III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN**  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

organização do trabalho com uma distribuição desigual entre classes sociais e países (VIANA, 2009).

Porém, a desumanização do ser humano não é devido a distribuição do maior valor desigualmente e sim, devido a divisão do trabalho, no qual os trabalhadores não se realizam, pois, a teoria se encontra separado da prática.

Dessa forma, pretende-se mostrar o contexto em que se inseriu a organização do trabalho da Toyota (chamado de toyotismo) no qual a divisão do trabalho causa o estranhamento e aliena ainda mais os trabalhadores devido ao desenvolvimento dos meios de produção. O toyotismo emerge de forma diferenciada nos países de capitalismo avançado e capitalismo subordinado, pois:

Uma boa parte da discussão e dos embates teóricos relativos à reestruturação produtiva, à emergência de um novo paradigma de organização industrial e de trabalho, à automação microeletrônica, às mudanças nos locais de trabalho, no mercado de trabalho e mesmo na regulamentação trabalhista e nas relações de trabalho de uma forma geral são batizados pela noção de flexibilidade (SALERNO, s/d, p. 3).

Assim a partir do final do século XX expressões como “empresa quântica” e “empresa que aprende” no discurso de gestão empresarial e acadêmica dominante tem-se a ideia de que a competência, trabalho em equipe, “autonomia”, e participação tornam o processo de trabalho flexível que no nível da aparência são opostos à organização anterior do trabalho (fordismo-taylorismo), contudo, os objetivos são os mesmos buscando o aumento da taxa de lucro médio do capital e em um ritmo ainda mais desgastante, pois uma indústria produz mais, mas de formas variadas e com uma diversidade de produtos, há o manuseio de máquinas diferentes, poucos são os trabalhadores que conseguem ser promovidos, a competição é acirrada, a lógica dentro da empresa é individualista tanto na contratação como na relação entre os próprios funcionários, se ganha por produtividade; a flexibilização se torna ao mesmo tempo inflexível, o controle é psicológico e por sistemas de luzes que controlam e aceleram a produção, as reformas trabalhistas abrem novamente a possibilidade do aumento da jornada de trabalho, as horas extras, roda de tornos (BERNARDO, 2009).

Porém, dentro da academia há autores que não veem a forma de organização do trabalho atual como um aperfeiçoamento da organização anterior como pode-se observar nas palavras de Antunes (1999 p. 26):



**IV Congresso de Educação do CPAN**  
**III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN**  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

Ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência de estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*. [...] O *Kanban*, placas que são utilizadas para a reposição de peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques.

A afirmação de Antunes (1999) é reduzida porque a demanda também é condicionada pela produção, pois as relações sociais de mercantilização abrem essa possibilidade já que a necessidade de se consumir é criada e depende predominantemente da disponibilidade de capital variável. Além do mais, a produção no toyotismo é em massa só que não é apenas de um produto e sim de vários.

O toyotismo é entendido aqui como continuidade do taylorismo, pois apresentam a mesma lógica apenas de forma secundária se distinguem. “O que caracteriza a organização do trabalho [...] não é a substituição do taylorismo-fordismo por um ‘novo’ modelo, mas sim o aperfeiçoamento deste com a inclusão da inteligência e do saber do trabalhador” (BERNARDO, 2009, p. 182). Assim:

Para comprovarmos ou não esta hipótese teremos de aprofundar a definição de taylorismo fornecida e compará-lo com o toyotismo. O taylorismo, tal como o concebemos, caracteriza-se por um processo de controle da força de trabalho realizado segundo uma forma “racionalizada”, ou seja, calculada, medida, normatizada, objetivando o aumento da produtividade, isto é, de extração de mais-valor relativo, e isto pressupõe a “gerência científica” o que significa não só a aplicação do conhecimento técnico-científico ao processo de produção, conhecimento este extraído em parte do próprio saber operário, como também a existência dos *gerentes*, ou seja, um conjunto de especialistas encarregados em planejar a execução das tarefas. Em outras palavras, o taylorismo pressupõe uma camada de burocratas: a burocracia empresarial. O fordismo e as demais formas de organização do trabalho também possuem a mesma razão de ser e por isso não são nada mais do que extensões e adaptações do sistema Taylor às necessidades históricas de determinado estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. O toyotismo se diferencia do fordismo, segundo alguns pesquisadores, devido à “flexibilização” que se encontra em oposição à rigidez daquele. Isso não contradiz, na verdade, as características fundamentais do taylorismo, que estão presentes no fordismo. A grande mudança apresentada pelo toyotismo seria a produção submetida a este tipo de organização do trabalho estar voltada para a demanda do mercado, e não para a produção em massa, tal como no fordismo. Na verdade, o



IV Congresso de Educação do CPAN  
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN  
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

que ocorre é que a *produção estandardizada* do fordismo se vê substituída por uma *produção personalizada*, ou seja, a produção em massa ou em série de um mesmo produto é substituída por uma produção variada (CORIAT, 1992). Isso não impede a produção em massa, pois apenas personaliza os produtos por cotas, ou seja, a produção em massa deixa de ser de *um produto* para ser de *vários produtos* (VIANA, 2009, p. 68-69 grifo do autor).

Pois, com o taylorismo-fordismo tinha-se a especialização e com o toyotismo a pluriespecialização, além do maior controle do processo de trabalho continua nas mãos de poucos trabalhadores. Pode-se perceber isso na fala - de um dirigente sindicalista de uma montadora de automóveis - extraída do livro *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores*.

Apesar de a pirâmide hierárquica nas montadoras possibilitar a ascensão de um número restrito de trabalhadores, muitos parecem investir intensamente nessa perspectiva. “[Eles] chegam no primeiro emprego [...] e querem crescer. Eles “ralam” achando que tá tudo certo” (Fabiano, dirigente sindical na Assan). Tal aspecto é reforçado pela forte expansão da produção dessas fábricas, que vem ocorrendo de forma contínua desde o início das atividades. Assim, conforme afirma um dos trabalhadores, “a Assan não cresce, explode!” e o mesmo poderia ser dito da Tamaru. O conseqüente crescimento do número de funcionários implica também um aumento dos cargos em níveis hierárquicos superiores, fato que é utilizado pelas duas montadoras para seduzir seus funcionários[...] (BERNARDO, 2009, p. 45).

O sindicalista também relata que o pessoal contratado é jovem e que ainda não possuem experiência profissional, assim são mais facilmente iludidos. Na verdade, esse fenômeno expressa no caso dos trabalhadores que:

No Caso dos trabalhadores, o que ocorre é uma *intensificação* da exploração com a retirada de seus direitos já conquistados e da formação de um mercado de trabalho *inflexível*, em que os trabalhadores se submetem à subcontratação, ao desemprego etc. No caso da subcontratação (bem como no caso das horas extras), o que se vê é um aumento disfarçado da jornada de trabalho, o que significa aumento de extração de mais-valor absoluto. Aliás, mais-valor relativo e mais-valor absoluto andam juntos no período de acumulação integral, embora isto seja constante no capitalismo, mas agora assume proporções intensas, tal como não ocorria há muito tempo na história do capitalismo (VIANA, 2009, p. 70-71).

A ideia disseminada pelo discurso empresarial de “flexibilização” busca o controle e oculta as verdadeiras relações por trás do processo de produção capitalista.

Conforme foi possível observar no decorrer da obra, os trabalhadores entrevistados demonstram um grande descontentamento em relação ao



IV Congresso de Educação do CPAN  
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

tipo de organização do trabalho a que estão submetidos e identificam claramente a oposição de interesses que se interpõe entre eles e a empresa. A maioria mostra ter consciência dos contrastes entre o discurso e a prática das duas montadoras e, se aceitam as “regras do jogo”, não é porque aderiram ao seu discurso e, sim, porque se sentem fragilizados nas relações de trabalho (BERNARDO, 2009, p. 183).

Dessa forma, vê-se que esta fase do capitalismo aumenta mais ainda as contradições entre as classes. O que acarretará?

A classe capitalista está no controle das organizações e dos meios de produção e na educação busca-se inculcar a paz para o bem de todos a partir do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

## **O ESTADO NEOLIBERAL E A BUSCA DA UNIVERSALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

A preocupação que surge a partir de 1945 com os deveres do Estado integracionista para com os “cidadãos” têm uma ampliação global, mas no contexto atual com o capitalismo neoliberal os Estados neoliberais buscam o controle e a responsabilização da “sociedade civil”, pois essa possui deveres também para com a sociedade, o assistencialismo, principalmente por organizações Não-governamentais e instituições privadas que possuem o papel de contribuir com o Estado para desenvolver as políticas focalizadas na miséria apenas e não de assistência social.

Porém, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Constituição brasileira de 1988, propõem a política de assistência social com forte influência do Estado de bem-estar social.

Esses documentos são as matrizes das discussões que se dão dentro de instituições tais como: as de ensino superior, de educação básica, de educação não-formal, de educação e mídia e de educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança influenciadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além dos órgãos nacionais: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; e os Ministérios da justiça e da Educação buscam a consolidação dos direitos instituídos na Declaração Universal dos Direitos Humanos a partir do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos com a versão atual de 2007.



**IV Congresso de Educação do CPAN**  
**III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN**  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

O PNEDH tem por metas a efetivação da democracia, da justiça social, do desenvolvimento, e a objetivação de uma cultura de paz com base na cidadania e na democracia. E, o essencial que é a educação de qualidade para todos (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2007).

Apesar dos direitos humanos hoje estarem positivados em vários documentos que buscam universalizar o direito burguês (que se apropriou dos direitos fundamentais: liberdade, igualdade e fraternidade) a toda “sociedade civil” (formando os “cidadãos”) e em todas as nações, mas só no discurso.

O discurso dos Direitos Humanos foi inspirado nos clássicos gregos, romanos que culminaram na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França em 1789. Porém, os direitos fundamentais presentes no discurso burguês não se efetivaram materialmente. Já que na realidade a burguesia queria poder político, a liberdade de mercado e os direitos de propriedade. E a expressão “Cidadão” não abrange todos os indivíduos de um país.

No entanto, na Declaração Universal dos Direitos Humanos atual criada entre 1946 a 1948, pela Organização das Nações Unidas com algumas intervenções de representantes de diferentes países, busca-se a universalização das políticas educacionais pelo discurso burguês no contexto do modo de produção capitalista com a dominação dos países de capitalismo avançado sob os países subordinados, no qual há a exploração do homem pelo homem, ou seja, na luta entre classes com relações hierarquizadas, desumanas e com distribuições desiguais.

A Declaração Universal reafirma o conjunto de direitos das revoluções burguesas (direitos de liberdade, ou direitos civis e políticos) e os estende a uma série de sujeitos que, anteriormente, estavam deles excluídos (proíbe a escravidão, proclama os direitos das mulheres, defende os direitos dos estrangeiros, etc.); afirma, também, os direitos da tradição socialista (direitos de igualdade, ou direitos econômicos e sociais) e do cristianismo social (direitos de solidariedade) e os estende aos direitos culturais. Isto foi fruto de uma negociação entre os dois grandes blocos do após-guerra, o bloco socialista – que defendia os direitos econômicos e sociais – e o bloco capitalista – que defendia os direitos civis e políticos (TOSI, 2008, p. 50 apud BÉCHADE, 2013).

Assim, fica clara a heterogeneidade de pensamentos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e com isso a preocupação dos Estados em conciliar as classes, pois a constituição desta Declaração foi em um período no qual o capitalismo



**IV Congresso de Educação do CPAN**  
**III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN**  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

estava saindo de uma crise na produção causada pelo movimento operário que acabou nas guerras mundiais. Havia ainda um temor da classe burguesa da “ameaça comunista” ou “socialismo” (na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas- URSS, na qual existia apenas o capitalismo de Estado) que se espalhasse para outros países e por isso o Estado integracionista foi a salvação em busca da paz mundial com a “integração” da classe operária ao capitalismo principalmente nos países de capitalismo avançados.

A reprodução do discurso dos direitos e deveres que constam na DUDH ocorre pela “sociedade civil”, na qual, as instituições dessas trabalham para o Estado com destaque para as instituições de ensino. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos tem por objetivo efetivar este discurso.

Porém, a realidade concreta se distancia do discurso burguês dominante, pois com a crise do regime de acumulação capitalista, fundado no fordismo, Estado integracionista e imperialismo oligopolista transnacional, expressa na queda da taxa de lucro médio (HARVEY, 1992; VIANA, 2003, 2009, 2008). Acontecimentos como a crise do petróleo de 1973 (ANDERSON, 1995), e as lutas sociais em 1968, a revolução Portuguesa 1975 fizeram com que houvesse a reforma dos Estados (VIANA, 2009). Entre as medidas tomadas a primeira foi a criação da Comissão Trilateral (ASSMANN, 1979); ela “anuncia a necessidade de aumento da exploração nacional e internacional e da repressão para conseguir concretizar este objetivo” (VIANA, 2008, p. 5).

Segundo Anderson (1995), o processo de implementação do neoliberalismo começa nos países de capitalismo avançado como: na Inglaterra com o governo Thatcher, nos Estados Unidos com o governo Reagan, na Alemanha com o governo Kohl, na Dinamarca com o governo de Schluter. Cada qual com uma forma diferente de implementação. E, no Brasil a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso na metade da década de 1990 na segunda fase do neoliberalismo (PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO, 1995).

O surgimento do Estado neoliberal anda de mãos dadas com a reestruturação produtiva e o neoimperialismo. Essa, nova política vem sendo implantada aos poucos. Mas um ponto importante é que as políticas do Estado de Bem-Estar Social ou protecionista não desapareceram como destaca Senna (2003):

A situação é de impasse nos países industrialmente desenvolvidos, tendo em vista que o Estado de Bem-Estar está profundamente amarrado às estruturas econômicas, social e política. Além disso,



**IV Congresso de Educação do CPAN**  
**III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN**  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

países como Estados Unidos e Inglaterra possuem sindicatos que resistem à política antiestatista da Nova Direita e o próprio Estado de Bem-Estar criou em sua estrutura uma crescente classe média, responsável pela gestão da articulação entre o fundo público e privado, garantindo dessa forma os compromissos assumidos por este estado (p. 117).

Até agora as medidas impostas que estruturam os Estados Neoliberais foram desastrosas principalmente para os trabalhadores porque Friedrich Hayek e seus seguidores reformaram o liberalismo clássico sendo totalmente contra qualquer intervenção no mercado e argumentaram que a desigualdade era necessária para o aumento da taxa de lucro médio (ANDERSON, 1995). Anderson (1995) traz o que os governos neoliberais de capitalismo avançado fizeram na prática, mas aqui o foco se deu no modelo inglês no qual pode-se observar a desigualdade crescente:

O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado (p. 12).

Contudo, o êxito do novo regime de acumulação denominado “regime de acumulação integral” (VIANA, 2009) iniciado em 1980 foi curto, por isso foi necessário a implantação da segunda fase do neoliberalismo: o hegemônico que segundo Chossudovsky (1999) “desde a queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, o processo de reestruturação da economia mundial vem se modificando”. Ele ainda comenta que:

Desenvolveu-se em todo o mundo um “consenso político” sobre política macroeconômica; os governos têm adotado inequivocadamente uma agenda política neoliberal. Desde o início da década de 1990, as reformas macroeconômicas adotadas nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm apresentado muitos dos ingredientes essenciais dos programas de ajuste estrutural (PAEs) aplicados no Terceiro Mundo e no Leste Europeu (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 13).



IV Congresso de Educação do CPAN  
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

Com essas políticas vê-se: o aumento da desigualdade - com o desemprego, a fome, o aumento da criminalidade, da migração internacional, da violência, do retorno de doenças contagiosas, o aumento da exploração a nível mundial; as privatizações; uma maior pressão em torno da dívida externa; diminuição dos gastos estatais que provocou uma redução do número de funcionários públicos; e o aumento das instituições da “sociedade civil” (principalmente as ONGs e empresas privadas) agora executando o papel do Estado nos serviços não-exclusivos conta com as terceirizações. As políticas assistencialistas setoriais são reforçadas pela ideologia “pós-estruturalista”, da “globalização”, do “trabalho imaterial” e por novas ideologias derivadas e emergentes (CHOSSUDOVSKY, 1999; VIANA, 2002, 2008, 2009).

A necessidade da acumulação capitalista e suas dificuldades (tendência declinante da taxa de lucro, luta operária) são fundamentais para explicar a emergência do neoliberalismo. O toyotismo contribuiu com a recuperação do Japão e proporcionou um novo modelo de organização do trabalho que foi copiado, posteriormente, no contexto das novas necessidades do capital a partir da década de 1980, pelos países capitalistas imperialistas. O modelo Toyota, forma específica instaurada no processo de valorização (relações de trabalho), proporcionou a base da chamada reestruturação produtiva e sua generalização mundial que se inicia nos países de capitalismo imperialista e atinge, de forma diferenciada, os países de capitalismo subordinado (VIANA, 2008, p. 4).

O toyotismo é a forma dominante na atualidade de organização do trabalho no capitalismo, marcado pela acumulação integral o que quer dizer que é uma forma de exploração nacional e internacional do mais-valor absoluto<sup>5</sup> e mais-valor relativo<sup>6</sup> ao mesmo tempo com prejuízos maiores para os países de capitalismo subordinado (VIANA, 2009).

## CONCLUSÃO

Na conjuntura atual o discurso humanista do PNEDH encontrará dificuldade em se reproduzir, pois o próprio regime democrático burguês pode mudar para um regime ditatorial, mas a nova forma de organização do trabalho, o toyotismo, necessita desse discurso, porque só assim o capitalismo consegue se reproduzir e extrair o mais-valor a

---

<sup>5</sup> O mais-valor absoluto é determinado pelo aumento da jornada de trabalho.

<sup>6</sup> Com a diminuição da jornada de trabalho, ocorre a racionalização do trabalho e a incorporação de tecnologias com a extração do mais-valor relativo que produz mais mercadorias em um mesmo espaço de tempo.



**IV Congresso de Educação do CPAN**  
**III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN**  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

partir de uma exploração mundial e aumentar a taxa de lucro médio. Esse é o único desenvolvimento ao qual os capitalistas buscam. O Estado com a organização gerencial busca resultados, o controle e a responsabilização da “sociedade civil”.

A cultura de paz, ou a ordem política com a perda crescente dos direitos sociais, o desemprego, gera mais desigualdades e os conflitos entre as classes tende a se acirrar. A educação de qualidade se dá com base nas competências e na responsabilização dos indivíduos, na qual se busca a redução dos gastos, fazer mais com menos, a produtividade, a lógica continua a ser individualista e competitiva.

O discurso dos direitos humanos positivado na DUDH que surge nas relações de organização do trabalho com base em ideologias dominantes, por agora não tem como sair do papel.

Apenas a mudança no modo de produzir e distribuir os produtos pode alterar esse quadro crítico. O modo de produção capitalista é histórico e transitório assim como os demais modos de produção anteriores, porém ao longo da sua existência o capitalismo sofre com crises cíclicas e com a tendência declinante da taxa de lucro médio. Porque, quanto mais se investe na produção de mercadorias maior é a necessidade de um mercado consumidor e sem o consumo das mercadorias há crise.

Outro problema para os capitalistas é o fato de investir só no capital constante, ou seja, nas tecnologias que são incorporadas no processo de produção isso causa a diminuição da taxa de lucro médio do capitalista.

Mas no caso dos capitalistas investirem em capital variável não se tem aumento da taxa de lucro, pois o capitalismo sobrevive da exploração nacional e internacional e da expansão da miséria, porque beneficia uma minoria em detrimento de uma maioria “o ‘terceiro mundo’ é um produto do capital” (VIANA, 2009, p. 101).

O capitalismo causa o aumento generalizado do exército industrial de reserva, da “exclusão”, da marginalização, da lumpemproletarização devido à competição ser intrínseca a sua existência. Além, do esgotamento do meio ambiente, pois a produção constante não permite que os recursos naturais se reestabeleçam.

Desde o surgimento do capitalismo a sua lógica é a mesma, pois, busca constantemente a extração do mais-valor e a venda das mercadorias de forma que consiga reproduzir-se.



IV Congresso de Educação do CPAN  
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN  
*'Interfases da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

E com o tempo, para ampliar-se ele precisa conquistar novos espaços que ultrapassa as fronteiras de um país. O aumento da taxa de lucro médio dá-se pela extração do mais-valor absoluto que é possível com o aumento da jornada de trabalho e o controle do trabalho.

Por isso, ao longo da história vários conflitos são travados e as lutas tendem a aumentar entre as classes, seja a favor do capitalismo, seja contra. As guerras são um exemplo.

As reformas dos Estados são derivadas das formas de organização do modo produção capitalista que são consequências das lutas entre as classes.

Atualmente, a forma dominante no mundo de organização do trabalho com base no modo japonês esconde-se por trás da ideologia de “gestão gerencial humanizada”, mas isso, não passa de uma ilusão “[...] as ideologias surgem nas sociedades de classes e assumem formas específicas que se tornam hegemônicas. [...] Na sociedade capitalista, a forma dominante de ideologia é a ciência” (VIANA, 2015, p. 20).

Porém, as contradições nas relações de trabalho vêm se acirrando cada vez mais e os conflitos trazem mudanças e ao mudar a estrutura produtiva muda-se a dinâmica social como um todo. A padronização na forma de produção toyotista a nível nacional e internacional gera movimentações da classe trabalhadora de forma similar no mundo, pois apesar das diferentes formas de organização do trabalho a sua essência é a mesma (VIANA, 2009). A homogeneização das políticas educacionais pelos documentos produzidos pelos Organismos Internacionais a nível mundial reforça e legitima o discurso dominante colocando a reforma do Estado como a única saída possível apesar de sua implementação nos países se dá de diferentes formas (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Dessa forma, o discurso humanista dominante de sustentabilidade, da democracia e do mundo pacífico está totalmente dissonante das relações produtivas vigentes na sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.



IV Congresso de Educação do CPAN  
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ASSMANN, Hugo. **A trilateral - nova fase do capitalismo mundial**. Petrópolis: Vozes, 1979.

BÉCHADE, Maria J. S. **Educação em Direitos Humanos no ensino Jurídico na UFPB**. 2013. 91f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, PB, 2013.

BERNARDO, Mácia, H. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Expressão popular, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), 1995.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

FRANÇA, **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. Assembléia Nacional, 1789.

MAIA, Lucas. **Nem partidos, nem sindicatos**: a reemergência das lutas autônomas no Brasil. Goiânia: Redelp, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. V. 1. T. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, 1948.

SALERNO, M. S. **Flexibilidade, organização produtiva**: elementos para transformar o termo flexibilidade numa categoria analítica da produção na indústria. Mimeo, s/d.

SENNA, Ester. “Welfare State” e capitalismo: os problemas da política econômica e da política social. In: SENNA, E. (org.). **Trabalho, educação e política pública**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.



IV Congresso de Educação do CPAN  
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Rev. Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Unesp, 2006.

VIANA, Nildo. **A consciência da história**: ensaio sobre o materialismo histórico-dialético. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.

VIANA, Nildo. **A pesquisa em representações cotidianas**. Lisboa: Chiado, 2015.

VIANA, N. Breve história do neoliberalismo. **Rev. Enfrentamento**, Goiânia, n. 05, p. 4-10, 2008.

VIANA, Nildo. **Escritos metodológicos de marx**. Goiânia: Alternativa, 2007.

VIANA, Nildo. **Estado, democracia e cidadania**. A dinâmica da política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. Violência e Escola. In: VIEIRA, R.; VIANA, N. (org.). **Educação, cultura e sociedade**. Abordagens críticas da escola. Goiânia: Edições Germinal, 2002.